

## **UNIDADE DIDÁTICA VI – BRASIL IMPÉRIO: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1822-1889)**

### **1. A CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM NO IMPÉRIO**

Os dois primeiros anos do Brasil Império foram dominados pelo debate político em torno da aprovação de uma nova Constituição. As divergências entre as atribuições do Poder Executivo, exercido pelo imperador D. Pedro I, e do Poder Legislativo, representados neste primeiro momento pela Assembleia Constituinte, foram profundas. Em função destas disputas, D. Pedro I, orientado por seu ministro José Bonifácio e apoiado pelos militares, dissolveu a Assembleia Constituinte, tratando em seguida de elaborar o projeto de Constituição que seria efetivado na promulgação da carta em 25 de março de 1824.

Apesar de algumas modificações, a Constituição vigorou até o fim do período imperial. Definia a forma de governo monárquica, hereditária e constitucional. Os títulos de nobreza (barão, conde, duque etc.) seriam dados pelo imperador, mas sem seguir o princípio da hereditariedade. A religião oficial era católica, mas outras religiões podiam ser praticadas no âmbito particular. Passaram a existir, no Poder Legislativo, a Câmara e o Senado, com eleições indiretas e voto censitário.

As províncias que dividiam o país eram governadas por presidentes indicados pelo próprio Imperador. O Conselho de Estado foi criado para opinar sobre assuntos de grande importância na administração.

Mas foi a figura do Imperador a responsável por alguns dos traços mais marcantes da nova Constituição. Sua pessoa era sagrada e inviolável, não podendo ser responsabilizada por nada. Era dele o poder para nomear senadores, dissolver a Câmara e convocar novas eleições para reconstituí-la. Era dado a ele poder de veto e aprovação sobre as decisões das casas do Poder Legislativo. A esse poder imperial era dado o nome de Poder Moderador.

Durante o período regencial, o país foi palco de muitas revoltas e turbulências, causadas, de uma forma ou de outra, por contradições com o regime imperial. Mas foi nessa época que começaram a surgir os partidos que comporiam a cena política por muito tempo no Brasil

Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam-se definindo. Apareceram em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas e uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.” (FAUSTO, 203:171)

## A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O autoritarismo que marcou o processo de outorga da Constituição de 1824 inaugurou uma fase na história política do Brasil, onde a centralização política se transformou em uma prática severamente questionada. Mesmo contando com alguns princípios de natureza liberal, a Constituição de 1824 também foi marcada por uma série de dispositivos contrários ao seu aparente liberalismo. A centralização dos poderes acabava gerando a insatisfação de muitos dos representantes políticos do período.

Tomado por essa orientação contraditória de sua carta constitucional, o governo de Dom Pedro I acabou sendo alvo de diversos ataques políticos bem como de revoltas. Naquele mesmo ano, inspirados pelos levantes de 1817, um grupo de habitantes de Pernambuco iniciou um movimento antimonarquista. Tal oposição originou-se nas constantes crises da economia regional e as cargas tributárias impostas pelo governo.

A crise agravou-se quando D. Pedro I depôs o então governador, Manuel de Carvalho Paes de Andrade e indicou um substituto para o cargo. A troca do governo seria o último episódio que antecedeu a formação do movimento que ficou conhecido como Confederação do Equador, que ganhou tal nome devido sua proximidade geográfica com a Linha do Equador.

Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba também se juntaram ao movimento. Impassíveis às tentativas de negociação do Império, os revoltosos buscaram criar uma constituição de caráter republicano e liberal. Além disso, o novo governo resolveu abolir a escravidão e organizou forças contra as tropas imperiais.

O governo imperial tomou medidas severas contra o movimento separatista. Não resistindo ao enfraquecimento interno do movimento e à dura reação imperial, a Confederação do Equador teve seu fim. Dezesseis envolvidos foram acusados e

executados pelas instituições judiciárias do Império. Entre eles, Frei Caneca teve como pena a morte por fuzilamento.

## 2. A REAFIRMAÇÃO DA ORDEM AGRÁRIO-ESCRAVISTA

No início do século XIX, surgiu no país um novo produto de exportação que se tornaria o mais importante em pouco tempo, o café. A produção se concentrava no Vale do Paraíba, que tomava uma parte do Rio de Janeiro e de São Paulo. A área, conhecida principalmente pelas trilhas que levavam à região das Minas, possuía terra propícia para o cultivo da planta do café. Além disso, a proximidade da região com o porto do Rio de Janeiro garantia a facilidade, tanto do escoamento do produto para o comércio exterior, quanto para os contatos comerciais necessários à atividade.

A tradicional *plantation*, operada com mão-de-obra escrava, foi escolhida como modelo das fazendas de café.

Embora o hábito de consumir café se generalizasse no Brasil, o mercado interno era insuficiente para absorver uma produção em larga escala. O destino dos negócios cafeeiros dependia, e ainda hoje depende, do mercado externo. O avanço da produção caminhou lado a lado com a ampliação do hábito de consumir café entre a classe média cada vez mais numerosa nos Estados Unidos e nos países da Europa. Os Estados Unidos tornaram-se o principal país consumidor do café brasileiro (...). (FAUSTO, 2003:189)

O café foi responsável por mudanças profundas na estrutura do Império. O Centro-Sul tornou-se o polo comercial mais importante com a criação de portos, empregos, mecanismos de crédito na região, tudo isso em função da atividade cafeeira. Na década de 1870, o Nordeste já tinha perdido definitivamente a posição de área mais importante do país.

Com a independência e o aquecimento comercial, o tráfico de escravos aumentou e a Inglaterra, em 1826, conseguiu que o Brasil assinasse um tratado se comprometendo a, num prazo de três anos, declarar ilegal o tráfico de escravos para o país. A Inglaterra teria o direito de inspecionar, em alto mar, os navios que considerasse suspeitos. Mas foi só em 1845, com a Lei Bill Aberdeen, que a marinha inglesa pôde tratar os navios negreiros como piratas. A partir daí tinham o direito

tanto de apreender o navio quanto de julgar a tripulação e envolvidos em tribunais ingleses.

### **3. A POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO IMPÉRIO**

Até a abdicação de Dom Pedro I, o Exército cumpria um papel muito importante na administração pública, com muitos oficiais tendo cargos no governo imperial. Mas a partir do período regencial, essa importância começou a cair. A participação de oficiais do exército em revoltas populares, como foi o caso da Farroupilha, acabou por criar uma desconfiança por parte do governo em relação à instituição.

Essa desconfiança acabou levando o regente Feijó, e seus aliados, liberais na sua imensa maioria, a criar uma alternativa ao Exército, criando a Guarda Nacional. Para tanto, eles diminuíram os efetivos militares, pretendendo assim diminuir a influência dos oficiais no governo.

Em 1881, ocorreu uma reforma eleitoral no Império que ficou conhecida como a Lei Saraiva. Uma das principais mudanças foi o estabelecimento do voto direto para eleições legislativas. Acabava assim a antiga distinção entre “eleitores” de um lado, e “votantes” de outro: agora todos em condição de votar eram considerados “eleitores”. Mas não eram todos que poderiam ser “eleitores”. Existia um censo econômico, quer dizer, era necessária uma renda mínima. E em 1882 foi introduzido o censo literário: a partir daí somente quem sabia ler e escrever poderia votar. Outra mudança foi a extensão do direito de voto aos brasileiros naturalizados, aos libertos e aos não-católicos.

### **4. CRISE E CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO**

Após a abdicação de Dom Pedro I, o país passou por um período de turbulência. Como Dom Pedro II era ainda muito novo para assumir o trono, a direção do Império ficou na responsabilidade de regentes que representavam o Imperador. Esse período, conhecido como Regência, até 1834, teve três regentes, e

no resto do tempo, até 1840 (quando a maioria de Dom Pedro II foi antecipada) apenas um.

A centralização ou descentralização do poder, a organização das Forças Armadas e a autonomia das províncias eram os grandes temas dos debates na época. A instabilidade, que tinha como pano de fundo o vazio da figura do Imperador, acabou levando várias partes do país à revolta. Essas revoltas, muitas vezes, colocavam em risco a unidade territorial do Brasil.

Algumas tentativas foram feitas nessa época no sentido de flexibilizar o sistema político e garantir liberdades individuais. Entretanto, tais medidas não eram sempre bem recebidas e criavam atritos entre as elites e os grupos de poder locais.

As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Elas tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais. (FAUSTO, 2003:164)

#### 4.1. CABANADA OU GUERRA DOS CABANOS

Entre 1832 e 1835 em Pernambuco, ocorreu uma revolta que se diferenciava das outras insurreições por seu conteúdo. Os cabanos eram pequenos proprietários rurais, trabalhadores do campo, escravos e índios, e no início do movimento alguns senhores de engenho, que travaram uma luta religiosa pela volta do imperador. O motivo desse descontentamento eram as mudanças implementadas pelos regentes que não eram compreendidas por essa população rural. Essas pessoas viviam muito distantes dos problemas da corte e viam o Imperador como a possibilidade de retorno às condições anteriores. O movimento contou com o apoio, tanto de restauracionistas do Rio de Janeiro, quanto de comerciantes portugueses de Recife.

#### 4.2. CABANAGEM

Essa revolta ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, uma região pouco ligada à capital do Império. O termo Cabanagem se origina das habitações – cabanas – humildes, na beira dos rios, nas quais vivia a população pobre, em particular indígenas e mestiços. Parte dessa população já havia participado da Guerra de Independência do Brasil e dos diversos conflitos que se desenvolveram na província

na década de 20, marcados por forte sentimento liberal e anti-lusitano. Mesmo com o reconhecimento da Independência, a elite mercantil de origem portuguesa se manteve no controle político e econômico da região. Um desentendimento a respeito da nomeação do presidente da província entre as elites locais acabou dando espaço para a eclosão de uma revolta popular. O Pará acabou se declarando independente depois que uma tropa formada por negros, mestiços e índios tomou Belém após vários dias de luta. Apesar da tomada da capital da província e da declaração de independência, os cabanos não formularam uma proposta para a organização do território e se concentraram em criticar os estrangeiros, maçons e na defesa do catolicismo, do Pará, do Brasil, do Imperador e da liberdade. A rebelião acabou derrotada após o bloqueio do Rio Amazonas e de uma série de lutas violentas.

#### 4.3. SABINADA

Esse movimento, de 1837 a 1838, teve seu nome inspirado no seu principal líder, Sabino Barroso, jornalista e professor da Escola de Medicina de Salvador. Desde a independência, a Bahia foi palco de uma série de revoltas urbanas, inclusive rebeliões escravas. Essa revolta tinha o apoio da classe média e comerciantes de Salvador que apoiavam as ideias federalistas e republicanas de Sabino. A grande presença de escravos em Salvador, e sua tradição de revolta, fez com que o movimento buscasse um compromisso em relação a eles. Os escravos considerados nacionais – nascidos no Brasil – que pegassem em armas em prol da Revolução Sabinista seriam libertados. Os demais, estrangeiros e não participantes da revolução, continuariam cativos. A sabinada acabou derrotada após um cerco a cidade, deixando um saldo de aproximadamente 1800 mortos.

#### 4.4. BALAIADA

No Maranhão, disputas entre grupos da elite acabaram resultando em uma revolta popular, de 1838 a 1841. O centro das disputas ocorreu próximo à fronteira com o Piauí, ao sul da província, numa área de pequenas produções de algodão e gado. O movimento tinha muitas vertentes e disputas internas, o que o enfraqueceu. O governo central controlou rapidamente a insurreição em meados de 1841. A anistia que se seguiu para os revoltosos teve algumas condições. A primeira delas

foi a reescravização dos negros participantes na revolta. O responsável pelo comando das tropas que derrotaram a Balaiada foi Luís Alves de Lima e Silva, que na ocasião recebeu o título de Barão de Caxias.

#### 4.5. REVOLUÇÃO LIBERAL DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS

Nem a Maioridade de D. Pedro II, em 1840, conseguira reunificar a família brasileira, agitada por um sonho de Federação e República, estimulado pelo Ato Adicional de 21 ago 1834, que deu maior autonomia às províncias e fez do Brasil uma monarquia federativa. Em 1842, disputas acirradas entre conservadores e liberais, em Minas (Ouro Preto, Barbacena, São João Del Rei) e em São Paulo (Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Faxina, Capivari, Curitiba) conduziram à crise. Os liberais visualizaram a derrubada do Gabinete de Ministros conservadores, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo. Em São Paulo, o pretexto foi a substituição do Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, a manutenção do Comandante-das-Armas e o adiamento da abertura das câmaras legislativas. Em 17 de maio de 1842, estourou a revolução em Sorocaba, cuja Câmara proclamou Tobias de Aguiar e o ex-regente do Império, o Padre Feijó, presidente e vice-presidente interinos de São Paulo. A Corte agiu rápido. Nomeou o Barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão, Comandante-em-Chefe com carta branca para pacificar São Paulo. Com iniciativa, Caxias debela o movimento e, em 13 de julho, quando retornava ao Rio, em Guaratinguetá, soube de sua nomeação para pacificar Minas Gerais, com carta branca, como o fizera em São Paulo.

Em 10 de junho de 1842, três dias após a vitória de Caxias em Venda Grande, em São Paulo, estourou a revolta de Barbacena, cuja Câmara aclamou presidente interino de Minas, o coronel José Feliciano, futuro Barão de Caxias. Os motivos foram os mesmos que determinaram a revolta de Sorocaba. O presidente interino tomou diversas medidas administrativas. Várias cidades aderiram à revolução. Ouro Preto resistiu à revolução sob a liderança do presidente legal Bernardo Veiga. Mas, apesar disso, os revolucionários dominavam a região mais populosa de Minas e as comunicações com o Rio de Janeiro.

Caxias, após rápida campanha, entrou vitorioso em Ouro Preto em 10 de setembro, neutralizando a revolta.

#### 4.6. REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Foi uma revolta de caráter liberal e federalista ocorrida na província de Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850. Dentre as várias revoltas ocorridas durante o Brasil Império, esta foi a última. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do jornal comandado pelos liberais revoltosos (chamados de praieiros) localizava-se na rua da Praia. Em 1848, o Senado brasileiro era dominado por senadores do Partido Conservador. Os senadores conservadores vetaram a indicação, para uma cadeira do Senado, do liberal pernambucano Antônio Chinchorro da Gama. Este veto provocou uma revolta em determinado grupo de políticos liberais de Pernambuco. Os pernambucanos também estavam insatisfeitos com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia. Os praieiros reivindicavam: independência dos poderes e fim do Poder Moderador; voto livre e universal; nacionalização do comércio de varejo; liberdade de imprensa; reforma do Poder Judiciário; federalismo; fim da lei do juro convencional; fim do sistema de recrutamento militar. A rebelião foi derrotada pelas forças oficiais no começo de 1850. Muitos revoltosos foram mortos durante os combates com as forças oficiais. Os líderes e demais participantes foram presos e julgados, embora tenham sido anistiados no ano seguinte.

#### 4.7. GUERRA DOS FARRAPOS OU FARROUPILHA

De 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, ocorreu a Guerra dos Farrapos, ou Farroupilha. A expressão “Farrapos”, que significa “maltrapilhos”, foi dada pelos inimigos dos revoltosos que queriam depreciá-los. Mas esse nome não refletia a situação dos dirigentes da revolta, estancieiros ricos, criadores de gado. O motivo da revolta eram os pesados impostos devidos ao governo central. Os revoltosos queriam autonomia, até a separação. Essas antigas reivindicações eram defendidas no Rio Grande do Sul tanto por conservadores, quanto por liberais.

Apesar da magnitude da revolta, ela não uniu toda a população gaúcha. Os charqueadores que dependiam do comércio com a capital da província, principal consumidora de charque e couro, acabaram apoiando o governo central. A disputa se baseou na ação da cavalaria farroupilha, liderada por Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro. A revolta teve, em sua relação com o governo, violentos



combates, mas lograram concessões. A região do Rio Grande do Sul era de extrema importância para o Império, que acabou cedendo, no início de 1840, a umas das maiores reivindicações dos farrapos, a taxa de 25% sobre a carne da região da Prata, concorrente da nacional.

Com o prolongamento do conflito, o governo designou o Barão de Caxias para conduzir as tropas da Guarda Nacional. Nessa mesma época, dissidências políticas e a crise econômica acabaram ameaçando as intenções dos revolucionários. De fato, nenhum dos lados desta guerra tinha condições suficientes para oferecer resistência. Com isso, o próprio governo optou em desmobilizar os farrapos atendendo a sua principal reivindicação: o aumento da taxa sobre o charque estrangeiro.

A partir de então, o Barão de Caxias começou a articular as negociações que, finalmente, encerrariam essa penosa guerra. Após serem derrotados na batalha dos Porongos, em 1844, os farrapos enviaram um grupo que negociaria secretamente a rendição das tropas insurgentes na capital federal. Em março de 1845, o tratado do Ponche Verde garantiu os interesses dos revolucionários gaúchos e a hegemonia territorial do Império.

#### 4.8. LEVANTE DOS MALÊS

A chamada Revolta dos Malês (também conhecida como revolta dos escravos de Alá) ocorreu de 25 a 27 de janeiro de 1835 na cidade de Salvador, capital da então Província da Bahia. Consistiu numa sublevação de caráter racial, de escravos africanos das etnias hauçá e nagô, de religião islâmica, organizados em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos. O termo "malê" deriva de "imale", designando o muçulmano. Foi rápida e duramente reprimida pelos poderes constituídos.

Planejada por elementos que possuíam experiência anterior de combate na África, os malês propunham o fim do catolicismo – religião que lhes era imposta, o assassinato e confisco dos bens de todos os brancos e mulatos e a implantação de uma monarquia islâmica, com a escravidão dos não muçulmanos (brancos, mulatos e negros). Debelada a revolta, os africanos foram punidos e foram proibidos de circular à noite pelas ruas da capital e de praticar as suas cerimônias religiosas típicas.

Apesar de rapidamente controlada, a Revolta dos Malês serviu para demonstrar às autoridades e às elites o potencial de contestação e rebelião que envolvia a manutenção do regime escravocrata, ameaça que esteve sempre presente durante todo o Período Regencial e se estendeu pelo Império.

## **5. A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO DO BRASIL**

Ao governo imperial interessava o reconhecimento da independência, sem o qual o Brasil não podia pertencer ao concerto das nações, sendo igualmente indispensável para a realização do comércio internacional. Não dispunha o nosso imperador de diplomatas de carreira. Esta realidade determinou serem aproveitados homens de saber e confiança, que atuaram junto aos governos estrangeiros. (FROTA, 2000: 291).

Depois da independência, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer oficialmente o Brasil como nação livre. Isso porque os EUA tinham passado por um processo de independência e defendiam internacionalmente o princípio da liberdade das nações e estavam marcando essa posição ante o resto do mundo.

No pós-independência, algumas questões de política externa tomaram um grande espaço nos debates políticos da época. A questão da Cisplatina foi uma delas:

A Cisplatina não passava de uma área dominada militarmente pelo Império, onde tradições e cultura apresentavam-se diferentes das do Brasil. A República das Províncias Unidas (Argentina hoje) ansiava incorporá-la, chegando, mesmo, a tentativas diplomáticas no Rio de Janeiro. (FROTA, 2000: 294)

### **5.1. LUTAS CONTRA OS CAUDILHOS PLATINOS**

Com a fundação da Colônia do Sacramento, na margem norte do estuário do Prata, os portugueses manifestaram claramente sua intenção de usufruir das benesses das ricas planícies platinas e de atingir limites naturais, mais fáceis de defender. Evidentemente, os espanhóis, radicados na área desde meados do século XVI, não estavam dispostos a compartilhar, em condomínio, com seu vizinho ibérico, a soberania no Prata. Por isso, reagiram firmemente à pretensão portuguesa. Por força de tratados sucessivos, seria legada ao Brasil a região dos Sete Povos das

Missões. Aparentemente, os espanhóis abriram mão de seu sonho na região do Prata.

Dez anos de ocupação portuguesa só fizeram agravar ressentimentos mútuos. O desembarque, em Agraciada, dos trinta e três patrícios do caudilho uruguaio Lavalleja, desencadeou o processo que iria culminar no enfrentamento, às margens do Rio Santa Maria, no Passo do Rosário, dos Exércitos do Império do Brasil e da República Argentina. À Batalha do Passo do Rosário, de resultado militar indefinido, seguiu-se frágil período de paz, de efêmera duração.

Assim, Brasil, Argentina, Paraguai e o futuro Uruguai herdaram, de Portugal e Espanha, suas desavenças. Por longos anos, entreveros sucessivos caracterizaram a região platina. A vinda da família real para o Brasil ensejou ocasião para a retomada das intenções expansionistas portuguesas, o que acabou redundando na incorporação, mais tarde, da Banda Oriental do Uruguai, com o nome de Província Cisplatina. Ocorre que esta já se encontrava colonizada pelos espanhóis, vinculada irreversivelmente aos países de origem hispânica, pela língua, pelas tradições e pelos costumes, o que dificilmente permitiria a concretização dessa incorporação.

Nesses embates nos Pampas, notabilizaram-se chefes militares, como o Marechal José de Abreu, Barão do Cerro Largo, imolado no campo de batalha. Também despontaram guerreiros renomados, como o Capitão Emílio Luís Mallet e o Tenente Manuel Luís Osório, entre outros.

Todavia, os ventos ameaçadores da guerra voltariam a soprar na região, em meados do século XIX. O problema não residia propriamente na animosidade dos povos dos países do Prata em relação ao Brasil, mas nos caudilhos que teimavam em ressuscitar antigos ressentimentos, revigorados por delírios imperialistas.

Rosas, da Argentina, pretendia reconstituir o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, à custa de território brasileiro. Ao seu ideal expansionista, aliou-se Oribe, do Uruguai. A aliança dos caudilhos platinos trazia perigo para as fronteiras brasileiras. A expedição brasileira é rápida e eficiente. Oribe é deposto e Rosas, em face da derrota de seu exército na batalha de Monte Caseros, exila-se na Europa. A vitória é decisiva, mas não definitiva.

Em 1864, outro ditador uruguaio, Aguirre, testa a disposição do Império de fazer prevalecer seus interesses na região. Restitui a nota diplomática brasileira que protestava contra invasões do território brasileiro. Em consequência, nova expedição punitiva é desencadeada.

Solano Lopes, ditador do Paraguai, entende a intervenção brasileira no Uruguai como ameaça à sua soberania. Vale-se da oportunidade para tentar romper a então asfixiante mediterraneidade de seu país, dependente da livre navegação dos rios platinos e sujeito às imposições portenhas para exportar seus produtos.

Elegendo o Brasil como seu principal inimigo, aprisiona o navio Marquês de Olinda, que conduzia o Governador de Mato Grosso para aquela província. Ato contínuo, determina a invasão do território brasileiro, dando início à Guerra da Tríplice Aliança.

## 5.2. GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

O Paraguai precisava de um acesso ao mar para facilitar seu comércio e não ter mais que depender de países vizinhos. O Brasil necessitava manter livre o trânsito no Rio Paraguai para alcançar, por via fluvial, a província de Mato Grosso. Para tanto, mantinha uma constante presença política na Região do Prata. A necessidade paraguaia de romper o cerco em que viviam e a crença de que, desde a época colonial, terras pertencentes ao Paraguai haviam sido espoliadas, acabaram dando início à guerra.

Solano Lopes determina a invasão do território brasileiro. Ao Sul, as tropas paraguaias atingem Uruguiana. Ao Norte, na região do Pantanal, conquistam o Forte de Coimbra e a Colônia Militar de Dourados. Em Mato Grosso, frustrada tentativa ofensiva redundaria na épica “Retirada da Laguna”. O acordo firmado por Brasil, Argentina e Uruguai redundou na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, esforço de guerra conjunto da Argentina, do Brasil e do Uruguai, para dobrar o ditador e não o povo paraguaio.

A superioridade brasileira, conquistada nas águas do Paraná, representou o ponto de inflexão da campanha – o que a Marinha começara em Riachuelo, a 11 de junho de 1865, o Exército iria terminar em Tuiuti, a 24 de maio de 1866, maior batalha campal travada em continente sul-americano. Depois dela, a derrocada do ditador seria questão de tempo. Comandou grande parte do esforço de guerra aliado, o Marechal Luís Alves de Lima e Silva.

Entretanto o fim dos confrontos bélicos não significou a resolução das disputas. Somente em 3 de fevereiro de 1876 que as nações da Tríplice Aliança conseguiram assinar um tratado de paz, um tratado de limites territoriais e, por

último, um que regulava o comércio e a navegação. Outras questões ainda ficaram pendentes: a questão territorial entre Paraguai e Argentina só se resolveu em 1878, com a arbitragem Norte-Americana, e a dívida de guerra paraguaia ficou pendente até 1953, quando Getúlio Vargas a perdoou numa visita do presidente Paraguaio ao Brasil.

A vitória no Paraguai foi um grande feito imperial, que refletiu internamente na administração do ministério do Visconde do Rio Branco. Entretanto, várias questões surgidas durante o período de guerra, como a situação dos escravos que lutaram, o emprego das Forças Armadas e os conflitos religiosos, acabaram por fortalecer os partidários da República.

### 5.3. OUTRAS QUESTÕES

A relação como a Inglaterra no Período Imperial foi turbulenta. Três incidentes significativos acabaram levando ao corte de relações entre os países. O pano de fundo dos desentendimentos era a intenção inglesa de pôr um fim ao tráfico de escravos no mundo todo. O Brasil sofria os efeitos do Bill Aberdeen, que restringia o tráfico.

Os incidentes que levaram a termo os desentendimentos começaram quando marujos da fragata inglesa *Emerald*, em julho de 1860, se desentenderam com alguns remadores, um marinheiro e dois soldados que estavam no posto da alfândega do porto do Rio de Janeiro. Na luta, um soldado foi morto. Os presos ingleses foram levados ao navio britânico e o representante da corte inglesa na capital do Império, conhecido como Christie, acobertou os delitos, recusando-se a entregá-los às autoridades brasileiras. Outra crise aconteceu quando, um ano depois, em 1861, um cargueiro britânico, *Prince of Wales*, naufragou na costa do Rio Grande do Sul e sua carga acabou sendo saqueada. Finalmente, em julho de 1862, três oficiais ingleses, da fragata britânica *Fort*, desacataram um sentinela num posto policial em um passeio que fazia pela Tijuca.

Christie reuniu todos esses três incidentes num único documento e exigiu indenização pela carga roubada e explicações sobre os episódios que, segundo ele, teriam desrespeitado oficiais da Sua Majestade, a Rainha Vitória. O imperador não concordou com as alegações se recusando a pagar qualquer indenização ou dar

qualquer satisfação sobre os episódios. As tentativas diplomáticas de resolução do conflito falharam e as relações entre os dois países acabaram cortadas.

## **6. ECONOMIA E TRABALHO EM TRANSIÇÃO**

Com base no Bill Aberdeen, a marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar navios suspeitos de contrabandear escravos. Navios britânicos penetraram em águas territoriais brasileiras, ameaçando mesmo bloquear os principais portos. (FAUSTO, 2003: 193)

A pressão inglesa para por um fim ao tráfico de escravos e da escravidão aumentava em meados do século. Finalmente, em 1850 foi assinada a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos para o país. Os senhores de terras, que sempre se apoiaram nesse comércio bastante lucrativo, nunca se preocuparam com a reprodução da mão-de-obra escrava em terras brasileiras. Assim, o fim do tráfico acabava determinando o fim próximo da própria escravidão, já que além da tendência de se tornar pequeno o número de escravos, o país vivia uma guinada político-ideológica. O fim do tráfico trazia uma série de perguntas sobre a manutenção do sistema escravista: por quanto tempo ele sobreviveria? Como seria realizado agora o trabalho antes realizado por escravos?

Uma reação rápida à Lei Eusébio de Queiroz foi a promulgação, apenas duas semanas depois, da Lei de Terras. Essa lei buscava regularizar a situação da terra no Império, determinando que as terras públicas, a partir daquela data, não poderiam mais ser doadas. Teriam que ser vendidas, como acontecera com as antigas sesmarias. Foram estabelecidas normas para legalizar a posse de terras e forçar o registro das propriedades. A motivação principal dessa lei era tentar impedir que os imigrantes, que chegariam para trabalhar, pudessem ter acesso à terra.

Apesar da medida tomada para impedir que imigrantes se tornassem proprietários, a grande onda de imigração só aconteceu mais tarde. A solução encontrada pelos senhores foi a de buscar novos escravos, intensificando o tráfico interno, principalmente trazendo escravos do Norte-Nordeste, uma região em decadência, para o Centro-Sul do país.

Outra lei que contribuiu para o fim do período escravista foi a Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, de 1871:

(...) determinava que todos os filhos de escravas, nascidos depois daquela data, continuariam em poder dos senhores de suas mães, que deviam criá-los até oito anos, quando então se beneficiariam de uma indenização paga pelo Estado ou utilizariam os serviços deste menor até 21 anos. (FROTA, 2000:459)

A lei era cumprida nos grandes centros, mas desconsiderada nas grandes plantações do interior. Isso era um dos fatores que faziam com que os abolicionistas radicais considerassem que o processo adotado era muito lento. Assim, abolicionistas ilustres como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Castro Alves, João Clapp, André Rebouças, Chiquinha Gonzaga, a cantora Luiza Regadas, entre outros, começaram a organizar comícios, conferências em clubes e a formar sociedades secretas, tentando assim transformar a opinião pública sobre o assunto.

Em 1885, quatro anos antes do fim da escravidão, outra lei, conhecida como a Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, garantia que após os 60 anos os escravos teriam sua liberdade concedida. Como muito pouco chegavam até essa idade, a lei teve pouca repercussão.

Foi quando, em 1887, o imperador Dom Pedro II ficou doente e teve que ir até a Europa se tratar, que o processo de abolição entrou numa fase mais objetiva. A Princesa Isabel, que já era bastante influenciada pelas ideias abolicionistas, assumiu como Regente do Império. Esse ano foi de particular agitação, com uma campanha de perseguição de escravos fugidos sendo organizada. Nesse momento, Deodoro da Fonseca assinou uma petição elaborada no Clube Militar, recusando a participação do Exército nessa tarefa. A partir daí, o Exército também estava ligado à causa abolicionista. Finalmente, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, na condição de Regente, assinou a Lei de Abolição, que ficou conhecida como a Lei Áurea.

## **7. O FIM DO IMPÉRIO**

A doença do Imperador trazia à tona a questão de um terceiro mandato imperial.

Quase todos admitiam a inviabilidade de um Terceiro Reinado, acreditando-se que a Princesa Isabel não seria capaz de desempenhar as altas funções majestáticas (...). (FROTA, 2000: 464)

Dentre outros motivos que levaram à Proclamação da República e, portanto, ao fim do Império, podemos citar: a crise econômica causada pelas despesas do governo com a Guerra da Tríplice Aliança, que obrigou o Governo Brasileiro a realizar grandes empréstimos; a proibição, imposta pela monarquia, ao manifesto dos militares na imprensa; o descontentamento das elites agrárias (principalmente os cafeicultores), que se sentiram prejudicadas pela Lei Áurea (libertação dos escravos); e o crescimento nas cidades da classe média (constituída por jornalistas, comerciantes, artistas, funcionários públicos, etc.), que desejava e apoiava a república porque almejava maior liberdade, bem como participação na política nacional.

O movimento que ajudou a derrubar a monarquia contou com a ajuda de personagens republicanos, dentre os quais podemos destacar: Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério (chefe do Partido Republicano Paulista, fundado em 1873, que defendia as ideias republicanas e os ideais federativos), Rui Barbosa (jornalista e deputado) e o professor, estadista e militar Benjamin Constant.

No Exército a influência positivista do pensamento de Augusto Comte crescia, principalmente entre os oficiais mais jovens. O Positivismo e o Republicanismo se tornaram a tônica do discurso militar. Desde 1883, vários conflitos vinham ocorrendo entre governo e Exército. Em 1887 foi organizado o Clube Militar que, tendo como presidente Deodoro da Fonseca, pretendia defender permanentemente os interesses dos oficiais do Exército (inclusive se recusando a perseguir escravos fugidos). Nesse clima, surgiram as questões militares. Declarações, em defesa pública da honra, realizadas por um oficial, levou a proibirem-se os militares de se manifestarem pela imprensa sobre assuntos políticos, contrariando costume vigente à época.

Em junho de 1889, em meio à crescente insatisfação com o Governo Imperial, Dom Pedro II convoca um liberal, Visconde de Ouro Preto, para um novo gabinete, talvez tentando aplacar os ânimos. Mas a medida não foi eficaz. Os constantes contatos entre republicanos paulistas, gaúchos e militares, que vinham acontecendo desde o ano de 1887, se intensificaram. Até que em 11 de novembro de 1889, numa reunião com marechal Deodoro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e



Quintino Bocaiúva articularam um movimento contra o regime que teria Deodoro como figura central. Ele, que a princípio estava relutante, foi convencido pelos outros que entendiam ser necessária a participação de uma figura do Exército com o seu prestígio na derrubada do regime imperial. No dia 15 do mesmo mês, foi proclamada a República no Brasil. Em seguida, uma série de reformas de inspiração republicana foi decretada, entre elas, a separação do Estado e da Igreja. A redação de uma nova constituição foi finalizada em junho de 1890. Inspirada na Constituição dos Estados Unidos, foi adotada em fevereiro de 1891, fazendo do Brasil uma República Federal, sob o título de Estados Unidos do Brasil.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.

CAMPOS, Pedro Moacyr; PANTALEÃO, Olga. O reconhecimento do Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 377-430.

COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: Reações e Transações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 165-214.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 270-297.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.